

Para uma reestruturação interdisciplinar das ciências sociais: a complexa tarefa de enfrentar os desafios da problemática ambiental sem cair no senso comum da sociedade civil*

Héctor Ricardo Leis

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

I.

É bastante freqüente, hoje, encontrar pesquisadores do campo das ciências sociais que reivindicam uma abordagem interdisciplinar para desenvolver suas pesquisas. No entanto, na grande maioria dos casos, esses pesquisadores realizam suas atividades dentro de contextos epistemológicos e institucionais fortemente marcados pela tradição disciplinar. E, mais ainda, nas publicações científicas, sejam nacionais ou estrangeiras, verifica-se, em geral, que os pesquisadores não têm muita preocupação em refletir sobre o caráter interdisciplinar de suas pesquisas. Esses fatos deveriam chamar-nos mais a atenção, já que eles estão indicando que existem dificuldades para processar a emergente interdisciplinaridade no campo das ciências sociais.

Nossa suspeita é que o trabalho interdisciplinar supõe diversos tipos de tensões, algumas das quais transcendem, certamente, os tradicionais aspectos epistemológicos e/ou metodológicos envolvidos no trabalho científico. No caso das ciências sociais, a interdisciplinaridade coloca em pauta questões muito amplas, que envolvem desde aspectos estritamente científicos até civilizatórios. Em outras palavras, a interdisciplinaridade no campo das ciências "duras" (físico-naturais) constitui-se a partir de uma integração de visões disciplinares, que compromete apenas a visão científica disciplinar da realidade. Enquanto isso,

a interdisciplinaridade no campo das ciências sociais implica em uma rebelião contra o conformismo ontológico e epistemológico de disciplinas que tendem a reificar tanto a dinâmica da ciência como do mundo.

Sem estarem muito cientes de seu enfoque, os cientistas naturais, que se aproximaram dos problemas ambientais na segunda metade do século XX, tinham uma concepção ampla e complexa, a qual favorecia o trabalho interdisciplinar e lhes permitia produzir conhecimentos científicos verdadeiramente inovadores. Sem dúvida, tal circunstância estava condicionada pelas peculiaridades epistemológicas da ecologia. Esse campo de conhecimento, desde suas origens, ao invés de definir um objeto de estudo claro e distinto, surge como uma proposta de focalização estendida das inter-relações existentes entre os organismos e seu meio ambiente orgânico e inorgânico. O frutífero caminho percorrido pela ecologia se deve, precisamente, ao fato de que a problemática ecológica e ambiental não define *a priori* uma unidade privilegiada de análise, tal como acontece com a maioria dos núcleos temáticos de pesquisa existentes. A ecologia, embora utilizando os conhecimentos de disciplinas de escopo reducionista, preocupar-se-á em compreender o conjunto de relações dentro de um sistema total.

A problemática ambiental demanda, claramente, uma ciência de origens múltiplas, que evidencia desde o primeiro momento seu caráter integrador e de síntese. Por esse motivo, enquanto a maioria das ciências modernas seguia uma evolução que se assemelhava a um tronco que se ramificava em diversas especializações através do tempo, a ecologia e as ciências do ambiente, inversamente, tiveram uma evolução que poderia representar-se como a de um conjunto de raízes ou rizomas que crescem e nutrem um único tronco. Assim, a problemática ambiental incorporou sucessivamente importantes elementos de um amplo espectro de disciplinas (levando em um primeiro momento a somar elementos vindos da botânica, da zoologia, da climatologia e da geografia; e em um segundo momento da bioquímica, da microbiologia, das matemáticas, da computação e da análise de sistemas; e, por último, da demografia, da sociologia, da economia, da ciência política e da filosofia). Por certo, esse longo caminho constituiu um corpo de conhecimentos menos coesivo que os referidos a outras problemáticas de pesquisa. De modo geral, as disciplinas científicas que constituem o *mainstream* da ciência contemporânea constroem sua consistência através do reducionismo. Por isso, suas virtudes individuais são mais metodológicas que epistemológicas. Pelo contrário, no caso da ecologia e das ciências do ambiente, sua focalização do conjunto das inter-relações existentes dentro de um sistema faz com que seus fatores de conhecimento tenham tanta riqueza epistemológica como metodológica (neste sentido, deve ser registrado o importante valor que teve o conceito de ecossistema no processo de constituição da ecologia).

Resumindo, podemos afirmar que a problemática ambiental facilitou a expansão do trabalho interdisciplinar em um espectro que incluía desde estudos parciais, com base disciplinar na biologia, até estudos cada vez mais complexos e integrados da natureza e a sociedade, os quais convidavam as ciências sociais a um trabalho conjunto com as ciências naturais. Do ponto de vista epistemológico, resulta surpreendentemente a comprovação de que esta circunstância tenha chamado escassamente a atenção dos pesquisadores do campo das ciências sociais.

Infelizmente, as ciências sociais esperaram praticamente até os anos 80 para mostrar algum interesse na problemática ambiental. De certa forma, até hoje as ciências sociais não conseguem enxergar muito bem que a problemática humana contemporânea supõe a existência de uma problemática ambiental concomitante (mais na frente veremos qual é o obstáculo que explica este fenômeno). A predominância de cientistas naturais no debate ambientalista das primeiras décadas da pós-guerra (especialmente dos anos 50 até os 80), é indiscutível. Por sinal, o debate intelectual mais difundido na época foi disputado por dois biólogos americanos (Paul Ehrlich e Barry Commoner). Esses cientistas se destacaram nitidamente no debate ambientalista dos anos 60 nos Estados Unidos, o qual ultrapassava questões estritamente naturais, incluindo os problemas da poluição industrial e do crescimento populacional. Hoje os termos desse debate não fazem mais sentido. O tempo colocou em evidência a precariedade de sua base científica, condicionada especialmente pelo desinteresse das ciências sociais da época nos problemas ambientais. Atualmente, é óbvio que os problemas ambientais globais dependem de uma multiplicidade de fatores, sistemicamente estruturados, de tal modo que nenhum deles pode ser isolado ou avaliado autonomamente. Mas a carência de estudos interdisciplinares que incluíssem as ciências sociais levava os cientistas naturais a extrapolar seus campos de especialidade e/ou os impedia de avaliar corretamente o conjunto de fatores (incluindo os humanos) da problemática ambiental.

Não foram poucas as conseqüências políticas da produção de conhecimentos com uma insuficiente base interdisciplinar. Embora Ehrlich e Commoner não chegaram nunca a resolver suas diferenças, no começo dos anos 70, a comunidade acadêmica ambientalista convergiu sobre um consenso "catastrofista" (ou de "crescimento zero" da população e da economia) que paradoxalmente se derivava tanto de um como de outro. A fraqueza científica desse consenso não era evidente na época porque precisamente ninguém parecia notar a ausência das ciências sociais.

Não podemos aqui considerar o conjunto dos transvasamentos havidos, a propósito da problemática ambiental, entre os diversos campos da ciência, mas parece evidente que sua intensidade se deve à complexidade da própria questão ambiental. Porém, resulta interessante analisar os estudos da problemática ambiental à luz de seu grau de

interdisciplinaridade. Já comentamos que o catastrofismo da tese sobre os "limites do crescimento", de começos dos anos 70, não teria tido a mesma importância se os pesquisadores das ciências sociais tivessem se aproximado dos problemas ambientais e marcado sua presença naquele debate. A falta de uma profunda base científica interdisciplinar dessa tese se deveu basicamente a dois fatores. Por um lado, ao atraso das ciências sociais para considerar seriamente a questão ambiental, o qual condicionou uma ausência de análises sistemáticas e integradas das problemáticas da biosfera e da tecnoesfera. Mas, por outro lado, esta carência também deve ser explicada a partir da subestimação, existente na época, do tema ambiental, por parte da sociedade civil, o que não facilitava para que fosse dado ao meio ambiente um lugar relevante na agenda das ciências sociais.

É de fundamental importância registrar aqui que o interesse dos cientistas sociais pelo meio ambiente não se antecipou, em geral, às demandas ambientalistas vindas da sociedade civil, senão que ficou a reboque das mesmas. Neste sentido, comprovamos que as ciências sociais responderam reativamente, acompanhando quase como um reflexo, ao impacto que a problemática ambiental teve sobre o comportamento daqueles setores que tradicionalmente constituem seu objeto de estudo. Deste modo, a potencialidade interdisciplinar da problemática ambiental encontrou basicamente dois grandes obstáculos para realizar-se no campo das ciências sociais. Em primeiro lugar, temos a colonização do debate ambientalista pelos cientistas naturais antes do ingresso dos cientistas sociais no cenário e, em segundo lugar, quando estes últimos fazem sua entrada, temos a colonização das ciências sociais pelo senso comum da sociedade civil.

Talvez esses dois problemas tenham uma mesma explicação. As ciências sociais caracterizam-se por um relacionamento historicamente ambivalente, tanto em relação ao meio ambiente como à sociedade civil. Por um lado, temos que as teorias da sociedade, do indivíduo e da cultura, surgidas no fim do século XIX e início do XX, foram em suas origens influenciadas por visões organicistas trazidas das ciências naturais. Mas, por outro lado, seu desenvolvimento posterior fez com que essas teorias desenvolvessem fortes reações contra a possibilidade de terem qualquer traço em comum com as ciências naturais. Lamentavelmente, os avatares dessa complicada herança foram esquecidos pela maioria dos pesquisadores das ciências sociais contemporâneas, os quais normalmente tendem a ficar longe das preocupações das ciências naturais, sem perceber o quanto essa atitude deriva dos traumas de seu próprio passado. Circunstância que, paradoxalmente, contribuiu para que as ciências sociais caminhassem historicamente em direção ao reducionismo e determinismo epistemológico que estavam querendo evitar seus fundadores (embora com um signo diferente, já que ele não seria agora biológico senão sociológico). Circunstância que contribuiu, do mesmo modo, para que os cientistas sociais fossem presas fáceis dos atores ambientalistas na hora de entrar no debate ambiental, por culpa

de não terem revisado cuidadosamente seus fundamentos epistemológicos.

Como exemplificação dos obstáculos epistemológicos das ciências sociais em relação aos problemas ambientais em geral, revisemos rapidamente as bases teóricas dos fundadores das ciências sociais modernas. Apesar das diferenças que existem entre Marx, Durkheim e Weber, esses autores construíram um modelo de análise (ou paradigma) que enfatiza a primazia das variáveis sociais, descuidando da importância das variáveis naturais. Isto não impede registrar que o legado desses autores clássicos foi menos antropocêntrico nas suas obras que nas suas posteriores leituras, as quais maximizaram diversas especificidades do social para desenvolver as várias disciplinas que saíram de sua matriz. De fato, as teorias sociais e políticas clássicas e medievais (especialmente de Aristóteles até Santo Tomás, incluindo a de Santo Agostinho) foram construídas analogicamente às concepções biológicas da época. Praticamente até Spencer e Comte (inventor do termo sociologia), a sociedade era comparada a um organismo vivo e as instituições sociais aos órgãos de um corpo que, em conseqüência, deviam adaptar-se funcionalmente ao meio ambiente (embora entre os dois autores não existisse concordância sobre os fatores da adaptação que, para o primeiro, residiam num processo de seleção à moda de Darwin e, para o segundo, no progresso do conhecimento). Não resta dúvidas também que Marx, embora aceitando algumas idéias darwinianas, ao enfatizar o proletariado e a base econômica, rejeitou totalmente a analogia organicista (que dá igual importância a todas as partes do organismo social). Do mesmo modo, não causa surpresa que uma das maiores polêmicas de Marx foi contra o reducionismo biológico existente na teoria social de Malthus. No caso de Durkheim é também evidente que enfrentou o evolucionismo biológico de Spencer e outros, afirmando que os fenômenos sociais não poderiam ser explicados a partir de variáveis biológicas, como raça, instinto, etc. Embora Weber seja um caso mais complexo, também podemos observar que sua principal crítica se dirige contra o determinismo marxista e o evolucionismo de sua época, deixando clara sua posição contra extrapolações metodológicas de outras esferas para o campo dos fenômenos sociais.

Resumindo, os clássicos das ciências sociais (em particular, da sociologia) desenvolveram um pensamento marcado por fortes reações contra interpretações biologicistas. De qualquer forma, acreditamos que seria incorreto ver suas teorias como um retrocesso em relação às anteriores. Pelo contrário, os clássicos, sempre que corretamente contextualizados historicamente, representam um avanço sobre as teorias sociais de sua época. Foi a des-contextualização dos autores clássicos, obrigados a responder as demandas da sociedade civil, o que abriu a porta para o dogmatismo dos discípulos, impedindo-lhes assim de registrar os componentes interdisciplinares de suas teorias. Isto constitui um verdadeiro quiproquó, já que ainda quando, na atualidade, as ciências sociais possuem um reduzido setor que

se ocupa de problemas ambientais, nem sempre os integrantes desse setor desenvolvem um autêntico trabalho interdisciplinar.

É nesta perspectiva que devem ser entendidos os argumentos de Catton & Dunlap (1978), quando observaram que todas as correntes teóricas clássicas são variações de um paradigma de características antropocêntricas e, portanto, contrário à consideração da problemática ambiental. Na opinião dos autores mencionados, a ignorância desta matriz antropocêntrica levou as posteriores gerações de cientistas sociais a exagerar nas diferenças entre as várias correntes teóricas (marxismo, funcionalismo, positivismo, estruturalismo, etc.), esquecendo suas premissas comuns. Embora esses autores entendessem corretamente uma parte do problema, eles não conseguiram perceber o quanto as ciências sociais deixavam a desejar quando se tratava de agir interdisciplinarmente, avançando de uma forma contrária ao senso comum da sociedade civil. Metaforicamente falando, eles não perceberam que a principal necessidade das ciências sociais não era tanto procurar bases ideológicas não-antropocêntricas, mas bases epistemológicas não exclusivamente sociológicas, a partir do contato interdisciplinar das ciências sociais com outras ciências, em particular com as ciências naturais.

A partir desta nova leitura podemos afirmar que as falências das ciências sociais em relação à problemática ambiental não se devem tanto à suposta presença de um paradigma antropocêntrico, mas aos avanços dos movimentos sociais e da sociedade civil em seu conjunto sobre as próprias ciências sociais. De algum modo, as ciências sociais foram perdendo vigor científico ao mesmo tempo que ficavam prisioneiras dos projetos e desejos da sociedade civil para realizar um determinado projeto de sociedade. Ou, inversamente, quanto mais as ciências sociais procuravam transformar a realidade de acordo com as demandas dos atores da sociedade civil, maior era o reducionismo disciplinar, ou, em outras palavras, o abandono de um trabalho verdadeiramente científico pelos cientistas sociais.

A rigor, o fato de que um cientista não veja a realidade tal como ela é, deriva tanto de um déficit epistemológico, quanto de um excesso moralista, ambos agindo de forma interligada. Quando a análise da realidade ganha em cientificidade, aumenta a proximidade entre as disciplinas. Mas, quando acontece o contrário, quando as análises se recusam a observar a realidade de modo coerente, percebemos que aumenta a distância entre as disciplinas. Obviamente, em cada época histórica os problemas epistemológicos são diferentes. No começo da Idade Moderna, o pensamento rebelou-se contra as concepções teológico-metafísicas sobre a natureza humana e a sociedade, por isto ele caminhou na direção da constituição de saberes científicos disciplinares. No presente, parece evidente que, entre outras tarefas, o pensamento deve insurgir-se contra as concepções ideológico-positivistas que permeiam as diversas disciplinas, as quais por serem mantidas no isolamento se aproximam perigosamente do senso comum da sociedade civil.

Insurgência contra o senso comum que se evita apenas indo em direção à constituição de saberes científicos interdisciplinares sobre a natureza e a sociedade.

As ciências sociais abordam seus objetos de estudo deixando entre parênteses suas concepções de natureza e, em particular, de natureza humana. Com poucas exceções, os cientistas sociais arrepiam os cabelos quando ouvem falar da hipótese da existência de uma natureza humana. Quase que reivindicando o relato do Gênese, onde os primeiros seres humanos (pelos delitos associados de Eva, Adão e Caim) são violentamente colocados para fora da natureza e condenados a depender exclusivamente de seus próprios esforços vivendo em sociedade, as ciências sociais pretendem substituir ou transformar a natureza humana em um *construto* eminentemente social, ao gosto dos atores da sociedade civil. Porém, para salvar as aparências e deixar claro que elas são disciplinas secularizadas, invertem o mito do Gênese num aspecto essencial. Se na mensagem bíblica a sociedade aparecia ligada indissociavelmente à "queda" do Paraíso, para as ciências sociais é o inverso. Se na Bíblia a salvação está fora da sociedade, para elas a salvação estará dentro, ela nos induz a pensar que a sociedade é progressivamente boa e que a natureza é apenas um obstáculo a ser superado no caminho do progresso e aperfeiçoamento social e individual. Assim sendo, os seres humanos teriam tudo a ganhar esquecendo sua natureza humana e concentrando-se apenas na sua condição social.

O conhecimento científico não autoriza ninguém a ser otimista ou pessimista em relação ao significado extra-científico de seus fatos. Se duas galáxias colidem, ainda que com isso sejam hipoteticamente destruídos milhões de mundos como o nosso, os astro-físicos certamente não ficam nem mais deprimidos, nem mais alegres. Se as ciências naturais descobrem uma relação familiar insuspeita entre os humanos e o resto dos primatas, isto também não autoriza a ser mais ou menos pessimista a nenhum naturalista. Max Weber nos lembra que, na atividade científica, não estão em jogo as conseqüências para os seres humanos derivadas dos avanços do conhecimento, embora esses avanços possam trazer-lhes alegrias ou tristezas. O que está em jogo, precisamente, é o próprio avanço do conhecimento científico. A sociedade pode destinar recursos para a pesquisa científica caminhar numa direção ou em outra, os avanços podem surgir de forma impensada e imprevista, mas sempre que acontece um verdadeiro descobrimento ele se incorpora à realidade basicamente como um fato, sendo a sociedade que, posteriormente, lhe atribuirá ou não um determinado sentido ou valor. Isto quer dizer que a ciência muda nossa percepção da realidade, mas a valorização da realidade é um processo social mais amplo. Nenhum europeu do século XIX deixou de lado seu etnocentrismo após o descobrimento de Darwin, nem ninguém pensa hoje que tem algo errado no cosmos quando duas galáxias entram em rota de colisão. Por isto, os únicos sentimentos permitidos na ciência (mesmo quando assume posições críticas ou interpretativas)

dizem respeito aos avanços ou retrocessos do conhecimento como tal. Que significa então a queda para o otimismo que exibem em geral as principais correntes das ciências sociais contemporâneas?

Certamente esse otimismo não é generalizável. Por exemplo, autores como Freud e Pareto, ou como Foucault e Luhmann mais recentemente, não parecem encorajar seus leitores a verem as sociedades modernas como lugares de salvação. Por isso, o sentido último de suas análises é sempre derivado do juízo de valor do leitor. Porém, a massa dos cientistas sociais contemporâneos não comunga com os fundamentos epistemológicos da obra desses autores, ainda quando se aproveitam deles para realizar suas análises. A maioria dos cientistas sentem-se mais confortáveis ao lado de autores clássicos como Marx e Durkheim, ou de seus discípulos contemporâneos, para os quais o mundo social é (ou pode chegar a ser em determinado momento) muito mais o resultado da ação de atores ou sujeitos conscientes e/ou de forças sobre as quais estes exercem algum tipo de controle. Por este caminho, a ação social se confunde com a ação moral e as ciências sociais com o senso comum.

O senso comum ingressa no pensamento social levado pela mão de Rousseau, com tanta sorte (ou desgraça) que até hoje continua inspirando a maioria dos que navegam pelas diversas disciplinas do campo das ciências sociais. Ora, diz Rousseau, se as coisas estão mal é porque os seres humanos fizeram a sociedade errada, trata-se então de fazer a sociedade certa e tudo ficará bem. A dignidade da espécie humana foi salva! Antes de viver em sociedade a espécie humana era moralmente neutra. Embora possuídos por uma espécie de compaixão natural (seus membros eram conhecidos na época como "bons selvagens" ou coisa parecida), os seres humanos não têm que se preocupar com sua natureza senão com a sociedade escolhida.

Aqueles cientistas sociais que neutralizam ou descaracterizam a importância da natureza humana para compreender a vida social provavelmente não percebem que estão operando de um modo não-científico. Precisamente, seu reducionismo os impede de ver que seus supostos derivam mais do senso comum que da própria ciência. Por isto, as ciências sociais devem evitar pular para dentro de seus próprios abismos, e reabrir urgentemente o debate sobre seus antecedentes e pressupostos epistemológicos.

Quando, pouco após o fim da Segunda Guerra Mundial, emergiram os problemas ambientais e os cientistas sociais deixaram os biólogos quase que falando sozinhos sobre a crise ecológica, tivemos uma prova das dificuldades dos primeiros para lidar com questões interdisciplinares de amplo espectro e, em particular, para relacionar-se com os trabalhos dos segundos. Isto se traduziu numa fraqueza histórica considerável do debate ambientalista, que ficou durante várias décadas sujeito a vários tipos de catastrofismos, por conta de centrar-se

quase exclusivamente em variáveis naturais e por esquecer e/ou não saber como fazer o vínculo com as ciências sociais. Mas a fraqueza do ambientalismo não é nada quando comparada com a fraqueza das ciências sociais para evitar o senso comum e assumir a problemática ambiental como um desafio importante para pensar nos pressupostos da sociedade moderna. Porém, ainda que o impacto da questão ambiental sobre a sociedade seja atualmente de grande importância (pensemos na mudança climática global, por exemplo), não vai ser possível compará-lo com o impacto que terá no futuro a questão biotecnológica (pensemos na engenharia genética, por exemplo). Deixar outra vez os biólogos praticamente falando sozinhos sobre as bifurcações e meandros da sociedade biotecnológica futura (e, por enquanto, nada faz pensar que não vai ser assim), vai ser um dos comportamentos mais bizarros de toda a história da sociologia.

II.

Para finalizar, uma breve referência à modernidade. Esta não é muito diferente dos grandes sistemas civilizatórios que a precederam. Todos eles se pretenderam eternos, pensando a história porvir como uma repetição do presente. Mas sabemos que isto não aconteceu no passado e não vemos razão alguma para suspeitar que isto deixará de acontecer com a modernidade no futuro. O tecido social está sempre em movimento em todas suas escalas e dimensões, seja no nível da comunidade, do Estado ou da civilização. A história social da humanidade faz e refaz estruturas, tanto como faz e refaz suas identidades e valores. Apoiando-nos nesta perspectiva evolutiva é que registramos a presente tendência para o hibridismo cultural como parte de um fenômeno de sincretismo civilizatório em andamento de difícil (senão impossível) teorização no atual momento histórico.

A filosofia e as ciências sociais, características da modernidade, possuem uma visão linear da dinâmica social e histórica que dificulta, precisamente, a teorização de qualquer mudança da ordem civilizatória. Um aspecto principal que define essa linearidade está dado pela concepção unidimensional das forças atuantes na história, já que a presença de um quadro complexo de múltiplas forças impediria a definição de uma tendência que não pudesse ser neutralizada por outras tendências. Na primeira metade do século XX, importantes pensadores abandonaram a perspectiva linear da história e concentraram sua atenção sobre os constantes e repetidos aspectos das transformações históricas, aproximando o pensamento oriental do ocidental.

Não interessa aqui discutir a validade dessas teorizações da história e da sociedade em torno de modelos cíclico-evolutivos. Isto porque qualquer modelo da história, seja linear ou cíclico, por exigir exclusividade acaba reduzindo a experiência humana a um processo determinado externamente. Mas sim nos interessa registrar a reflexão de Sorokin (1960), em relação à

notável concordância destes autores sobre as características sincréticas que a história da humanidade apresenta em diversas fases de sua evolução. Neste sentido, chamamos a atenção para o fato de que, num determinado momento, a matriz civilizatória desenvolve uma fundamentação intuitiva para quase todos os valores sociais, predominando entre estes aqueles que são religiosos, espirituais ou éticos, levando a que as relações sociais mais destacadas sejam de tipo familiar ou comunitária (Sorokin denomina ideativo a este supersistema cultural, do qual a Idade Média é um bom exemplo). Pelo contrário, em outro momento, a matriz civilizatória caracteriza pelo secularismo, materialismo, utilitarismo, empirismo, hedonismo, cientificismo e, conseqüentemente, pela decadência da religiosidade e a intuição, sendo aqui as relações sociais predominantes de tipo contratual (este supersistema cultural, chamado por Sorokin de sensível, responde pela vigência da modernidade). Do mesmo modo, existe uma outra matriz civilizatória, em certa forma um estágio intermediário entre as duas anteriores, que faz com que a realidade e os verdadeiros valores sejam o resultado da fusão de uma multiplicidade de elementos, em parte sensíveis, em parte ideativos. Sorokin denominava idealista a este terceiro momento de características sincréticas. Na visão de Sorokin esses períodos (que nós chamaremos aqui de sincretismo civilizatório) tendem a incluir as mais elevadas expressões dos outros sistemas, produzindo uma mistura equilibrada em arte, filosofia, ciência e tecnologia (exemplos dessa matriz são a Grécia Antiga e a Renascença Européia).

A perspectiva de Sorokin é relevante porque obriga a refletir sobre o valor relativo das tendências dominantes em cada momento histórico e a importância que se deve dar aos fatores que apontam para uma fusão sincrética de padrões contrapostos. Se nem a razão nem as sensações são as únicas fontes onde recorrer, se existem justificações estéticas, intuitivas ou místicas que têm a mesma importância, seríamos obrigados a pensar na dinâmica social em termos sincréticos, integrando às perspectivas e elementos de fundo materialista e espiritualista, assim como a elementos da biosfera com a tecnoesfera. Neste sentido, gostaríamos de concluir este ensaio destacando que, hoje, a maioria das oposições entre os diversos valores e elementos da realidade constituem falsos dilemas. Portanto, o maior desafio na atual encruzilhada seria produzir meios instrumentais para uma solução dos problemas colocados na agenda política e social da humanidade, avançando decididamente numa direção interdisciplinar e sincrética. Em outras palavras, no campo dos valores, o sincretismo é para o fundamentalismo o mesmo que, no campo científico, a interdisciplinaridade é para o reducionismo.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CATTON, W. R. & DUNLAP, R.E. "Environmental Sociology: A New Paradigm?" *The American Sociologist*, Vol. 13, 1978.

LEIS, H. R. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ "A tristeza de ser sociólogo no século XXI" *Dados*, Vol. 43/4, 2000.

LEIS, H.R. & SILVA, S.L. "Universal, Individual or Syncretic Values: Dilemmas of the Contemporary Political World", Paper apresentado no Congresso Universal Values and the future of society, *International Sociological Association (ISA)*, SESC, São Paulo, 2001.

SOROKIN, P. **Las Filosofías Sociales de Nuestra Época de Crisis.** Madri, Aguilar, 1960.

NOTA

* Trabalho apresentado na Mesa Redonda: "Novas perspectivas na análise social do meio ambiente", XXV Encontro Anual da ANPOCS (Outubro de 2001, Caxambu - MG).